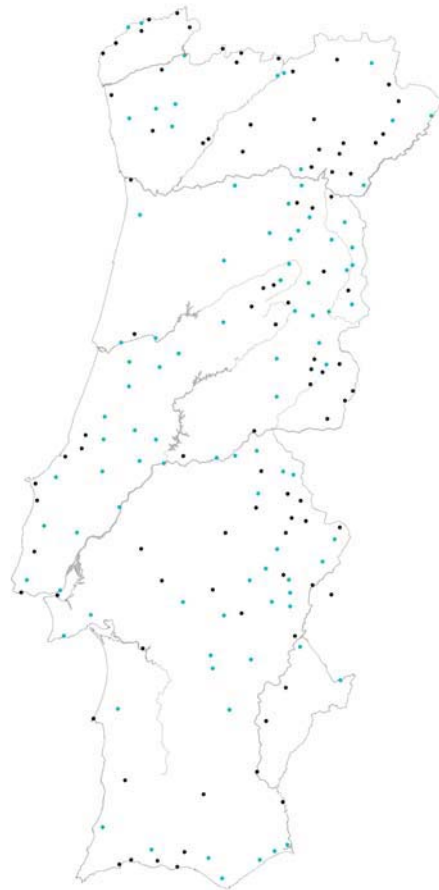




FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Castelos em Portugal Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]

Luis Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia



Coimbra, Dezembro de 2007

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Civil, especialização em Ciências da Construção, sob a orientação do Professor Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger (FCTUC).

Ao Gonçalo e ao Tiago

Índice

Agradecimentos	ix
Resumo	xi
Abstract	xiii
Lista de siglas	xv
Introdução	1
Capítulo 1 A presença do castelo na definição da imagem do território	13
1.1 Nótula introdutória	15
1.2 Estratégia e caracterização do castelo em Portugal	19
1.2.1 As civitates e os castelos roqueiro e condal	19
1.2.2 As terras e o castelo românico	23
1.2.3 O contributo das Ordens Militares	28
1.2.4 O castelo gótico	33
1.2.5 O reforço e a consolidação das reformas góticas	44
1.2.6 O castelo com funções residenciais	53
1.3 Distribuição e organização dos castelos em 1350-1450	57
1.3.1 A leitura do espaço territorial a partir das linhas defensivas	57
1.3.2 A rede dos castelos portugueses em 1350-1450	65
1.4 Perfil arquitectónico do castelo nos finais da Idade Média	73
1.4.1 A transição para o abaluartado	73
1.4.2 O <i>Livro das Fortalezas</i>	76
Capítulo 2 A presença do castelo na (re)definição da imagem do território	97
2.1 Nótula introdutória	99
2.2 Património arquitectónico	105
2.3 Castelos e valorização do património arquitectónico	116
2.3.1 A consciência patrimonial	117
2.3.2 As visitas de estrangeiros a Portugal	122
2.3.3 O período revolucionário liberal	126
2.3.4 O papel da literatura	129
2.3.5 O positivismo arquitectónico e a qualificação de monumento nacional	139
2.4 Do processo de classificação à instituição de um regime jurídico	152
2.4.1 A institucionalização das Comissões dos Monumentos Nacionais	155
2.4.2 O Conselho Superior dos Monumentos Nacionais	165
2.4.3 A legislação republicana	172
2.4.4 A estrutura orgânica e as competências da DGEMN	182
2.5 Castelos na ideologia do Estado Novo	186
2.5.1 A memória e a propaganda	186
2.5.2 Os organismos com funções de política patrimonial	196
2.5.3 A reestruturação de 1932 e o condicionamento ideológico de 1936	200
2.5.4 Os castelos classificados	210
2.5.5 A importância da actividade turística	222
2.5.6 Os monumentos e o contexto do lugar	225
2.5.7 As exposições evocativas e as comemorações centenárias	234
2.6 Valor simbólico da ruína	258
2.6.1 Os castelos antes das intervenções da DGEMN	258
2.6.2 A determinação de um corpo disciplinar	269
2.7 Perfil arquitectónico do castelo em 1929-1949	287
2.7.1 As intervenções realizadas	287
2.7.2 O resultado da campanha	298
Epílogo	313
Referências bibliográficas	321
Anexo	341
Documento 1	343
Documento 2	351

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger, pela disponibilidade manifestada, pelos valiosos ensinamentos e pelo incentivo e amizade que sempre me soube transmitir para elaborar desta dissertação.

À Arq.^a Maria Fernandes pelas preciosas informações e sugestões feitas no decurso do trabalho e, ainda, pelo estímulo e estima que me dedicou. À Maria devo ainda material fundamental que me disponibilizou.

Aos Arq.^{os} António Belém Lima e Carlos Figueiredo pelo interesse demonstrado e pelas discussões frutuosas em redor do tema eleito. Do Belém Lima e do Carlos nunca esquecerei a motivação e a amizade que me foram continuamente dedicando.

Aos Professores Doutores José António Bandeirinha e Vítor Murtinho pela pressão saudável e amigável que constantemente me comunicaram, para que este trabalho fosse realizado.

À Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pela disponibilidade do seu valioso arquivo, elemento capital na feitura da dissertação.

À Biblioteca do Departamento de Arquitectura da FCTUC, nas pessoas da Dr.^a Maria da Graça Simões e da D.^a Lurdes Eufrásio, pela celeridade com que amavelmente sempre satisfizeram as minhas apressadas solicitações.

À Arq.^a Inês Stoffel pela paciente e abnegada colaboração demonstrada na preparação de alguns elementos técnicos usados no trabalho. À Inês um agradecimento especial pela solidariedade vivida no decorrer de todo o processo.

Ao meu sogro, além da estima pessoal que me dedica, devo em parte o prazer pela investigação. Não esquecerei a leitura crítica e os proveitosos conselhos e sugestões que em muito enriqueceram o trabalho.

À Vanda e à Mi o apoio demonstrado na revisão final deste trabalho.

À Patrícia pela força que sempre me inculuiu e pela extrema paciência que revelou, devo muito do que aqui vai feito.

Aos meus filhos, Gonçalo e Tiago, pela alegria contagiante com que me encanta(ra)m, fico devedor dos momentos que lhes roubei enquanto elaborei esta dissertação.

Resumo

A Península Ibérica, em particular Portugal, é uma região rica em castelos. Estes, com a sua presença, vinculam ainda hoje de forma indelével o contorno de cidades e paisagens. Na planície, ou em sítios alcantilados, contribuem aprazivelmente para a fisionomia do espaço, originando identidades próprias, mas exibindo também numerosos traços comuns, nomeadamente por via da repetição de diversos dos seus elementos constituintes.

Ao contrário da generalidade dos castelos europeus, que se integram num sistema feudal diferente, assumindo predominante vocação residencial e senhorial, as estruturas militares da Península foram quase em exclusivo construídas com fins bélicos e político-estratégicos. Pelas suas memórias perpassam momentos de conflito directo ou circunstâncias de tensão eminente, principalmente se localizados em zonas fronteiriças.

Um dos objectivos da dissertação traduz a vontade de inventariar as intervenções efectuadas em monumentos portugueses, confrontando critérios e metodologias utilizados e enquadrando-os nos planos ideológicos dos regimes em vigor e consequentes políticas patrimoniais.

De forma breve revisitam-se tais intervenções, particular atenção sendo votada ao papel proeminente do Estado Novo no caso específico dos *castelos*, enquanto testemunhas de um *passado* invocado para pretensamente legitimar a aprovação dos valores de um certo *presente*. Assim, os castelos tornam-se objecto interessante de estudo, já que a sua relevância no desenho do território assume papel fulcral na articulação entre um passado velho, quantas vezes carente de conservação, e um presente cada vez mais globalizante, transformador e mercantilizado.

Para a prossecução de um tal plano a estrutura do trabalho foi seccionada em duas partes cronologicamente distintas.

Na primeira, *A presença do castelo na definição da imagem do território*, é posta ênfase na definição e caracterização dos castelos em Portugal e no papel estratégico que eles desempenharam na configuração do território, desde a fundação até ao final da Idade Média, altura que, face à evolução das estratégias militares e da arte da guerra, mormente com a introdução generalizada das armas de fogo, coincide com transições de tipos de fortificação, de que sobressai a abaluartada. Aprofunda-se a constituição da rede dos castelos portugueses entre 1350 e 1450 e analisa-se o correspondente perfil arquitectónico neste intervalo de tempo. Estas circunstâncias concretas irão influenciar o trabalho, concretamente quanto ao número de castelos a considerar.

Na segunda, *A presença do castelo na (re)definição da imagem do território*, procura apreender-se, partindo de um cenário geral que desde logo se antecipa, a ruína, a imagem castelar durante o séc. XIX e meados do séc. XX. Aborda-se a metodologia que levou à classificação de muitos como monumentos nacionais e examinam-se as intervenções neles operadas – conservação ou restauro – que intencional e veementemente veicularam mensagens de propaganda política, ao pretender transformá-los em transmissores genuínos dos desígnios ideológicos nacionalistas que presidiam ao regime político vigente, o Estado Novo.

Feita a leitura de factos que levaram num primeiro tempo ao seu progressivo abandono e numa fase posterior analisado o seu enquadramento na valorização do património arquitectónico, nomeadamente com o despertar de uma consciência histórica e artística, referem-se passos legislativos que conduziram à criação da DGEMN. Explana-se como os castelos contribuíram para a génese de um corpo teórico e disciplinar de actuação própria, bem como o papel que foram levados a desempenhar no âmbito de actividades expositivas e comemorativas – sobretudo as *Comemorações Centenárias* de 1940 e os *Quinze Anos de Obras Públicas* em 1948-1949 – festivamente celebradas para auto-proclamar a obra do regime.

Enfim, procede-se a uma descrição pormenorizada e a uma inventariação profunda das intervenções operadas sob a alçada da DGEMN de 1929 a 1949 (trabalho que se supõe inédito), com a apresentação de figuras, gráficos, mapas e quadros gerais e da ficha individual dos castelos dos 18 distritos continentais, detalhando a escala, os critérios e os meios adoptados nos projectos e nas intervenções em cada um deles realizadas.

Palavras-chave: castelo, ruína, intervenção, restauro, conservação, património arquitectónico, Estado Novo, DGEMN.

Abstract

Iberian Peninsula, and Portugal in particular, is a region rich in castles. With its presence, they mark still today, in an indelible way, the outskirts of towns and landscape. In plains or perched upon hills, they offer a pleasant contribution to the space's image; they create its own identity, but present also several common features, namely by repetition of several of its defining elements.

By contrast to the majority of European castles, emerged from a different feudal context or system, assuming a residential and manorial function, the military structures of the Peninsula, were almost exclusively built with military and strategic purposes. Its memories evoke moments of direct conflict or tension, especially when located close to frontiers.

One of the purposes of the present thesis intends to investigate the interventions performed in Portuguese monuments, assessing the used criteria and methods and also aiming at its framing in the ideological plans of the different political regimes and respective patrimonial policies.

These interventions are briefly approached, a special attention being given to the important role of the "Estado Novo" (New State) in the specific case of *castles* (witnesses of a *past* evoked to assumingly legitimate the acceptance of values of a certain *present*). Castles become thus an interesting study object, since its importance in the design of the territory plays a central role, bridging an old past, often requiring conservation, with a present, growing globalizing, changing and almost mercenary.

To achieve such a plan, the structure of the present thesis was divided into two parts, chronologically distinct.

In the first part, *Presence of the castle in the definition of the territory's image* ("*A presença do castelo na definição da imagem do território*"), definition and characterization of the castles in Portugal is emphasized, as well as their strategic role in the configuration of the territory since the birth of the nation till the end of Middle Ages. By then, the development of military strategies and warfare (namely the general use of fire guns and gunpowder), impacts on the change of the type of fortifications, among which the "bastioned" ones deserve special mention. A deeper approach is undertaken on the constitution of the Portuguese castle network between 1350 and 1450 and the corresponding architectonic profile during this time period is analysed. These specific circumstances will influence this work, namely regarding the number of castles to be considered.

In the second part, *Presence of the castle in the (re)definition of the territory's image* ("*A presença do castelo na (re)definição da imagem do território*"), and from the perception of a general scenario which is inevitably anticipated, we will seek the ruin, the castle image during the 19th and middle of the 20th centuries.

The methodology leading to the classification of many of them as national monuments is approached and the interventions performed – conservation or repair (restoration) – are assessed; it should be noted that these interventions aimed intentionally and vehemently at passing messages of political propaganda, when intending to present the castles as the genuine representatives of the ideological nationalist intentions which dominated the political regime of that time – the "Estado Novo".

Conditions were studied, which, in a first phase, led to their progressive abandon; in a later phase its role was analysed in the true perception of the architectonic heritage, namely with the awakening of a historic and artistic awareness. Subsequently are referred the legislative acts which led to the establishment of DGEMN (General Directorate for National Buildings and Monuments). It is explained how castles have contributed to the genesis of a theoretic and disciplinary body with own activity, and also the role they played within the scope of exhibitions and

commemorative activities – most particularly the *Comemorações Centenárias* of 1940 and the *Quinze Anos de Obras Públicas* in 1948-1949 – enthusiastically celebrated to auto-proclaim the regime's work.

Lastly is presented a detailed description and an exhaustive inventory of interventions performed under the jurisdiction of DGEMN between 1929 and 1949 (an assumingly unpublished work). Included are pictures, graphics, maps and general tables as well as the individual chart of the castles belonging to the 18 continental districts, detailing scale, criteria and means adopted in the projects and interventions undertaken in each of them.

Keywords: castle, ruin, intervention, restoration, conservation, architectonic heritage, “Estado Novo”, DGEMN.

Lista de siglas

AGEMN	Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
ANBA	Academia Nacional de Belas-Artes
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
ARHP	Academia Real de História Portuguesa
CAA	Conselho de Arte e Arqueologia
CAN	Conselho de Arte Nacional
CECC	Comissão Executiva das Comemorações dos Centenários
CEEOP	Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas
CGEMN	Conselho Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
CMAA	Comissão Municipal de Arte e Arqueologia
CMN	Comissão dos Monumentos Nacionais
CSAA	Conselho Superior de Arte e Arqueologia
CSBA	Conselho Superior de Belas-Artes
CSMN	Conselho Superior dos Monumentos Nacionais
CsMN	Conselho de Monumentos Nacionais
CSOPM	Conselho Superior de Obras Públicas e Minas
DEMN	Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGBA	Direcção-Geral das Belas-Artes
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGESBA	Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes
DGVAU	Dirección General de la Vivienda, la Arquitectura y el Urbanismo
FCTUC	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FPI	Fichas do Património Imóvel
IGBA	Inspeção-Geral de Belas-Artes
IGE	Instituto Geográfico do Exército
IGP	Instituto Geográfico Português
IIP	Imóvel de Interesse Público
IPA	Inventário do Património Arquitectónico
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
JNE	Junta Nacional de Educação
MCC	Ministério do Comércio e Comunicações
MEN	Ministério da Educação Nacional
MF	Ministério das Finanças
MG	Ministério da Guerra
MIP	Ministério da Instrução Pública
MIPBA	Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes
MN	Monumento Nacional
MOP	Ministério das Obras Públicas
MOPC	Ministério das Obras Públicas e Comunicações

MOPCI	Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria
RAACAP	Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses
SNI	Secretariado Nacional de Informação
SPN	Secretariado da Propaganda Nacional
UN	União Nacional
ZEP	Zonas Especiais de Protecção

Introdução

Introdução

O tema desta dissertação foi de modo natural sugerido pela actividade académica e profissional, enquanto arquitecto, e pelas permanentes interrogações e inquietudes que se nos colocam durante o acto do *projecto*, compreendido este, de forma sucinta, como *modus faciendi* que “nasce” no primeiro “olhar” sobre o espaço da intervenção – o *lugar* – e “termina” com a execução e subsequente ocupação/vivência da obra, do espaço entretanto (re)construído.

A propósito do diálogo e cumplicidade que o lugar estabelece com o *projecto*, e vice-versa, recorramos a Álvaro Siza Vieira. Considera este, a certa altura, em *Architecture Writings* (1997), que o *projecto* se inicia aquando da deslocação ao terreno ou, por vezes, a partir da ideia de um lugar, uma descrição, uma fotografia ou de algo inspirador que lhe foi transmitido. Mais adiante, em relação ao âmbito e significado que o lugar assume no processo de construção do *projecto*, refere que aquele (o lugar) vale por aquilo que representa e pelo que pretende ser, circunstâncias que por vezes, segundo o próprio, ganham caracteres opostos, o que, em nossa opinião, em diversos momentos é consequência, ou depende, de critérios e factores vários, uns objectivos, outros subjectivos, que ultrapassam a própria disciplina e o autor: a arquitectura e o arquitecto.

No entanto, deixa transparecer que em ocasião alguma o lugar se encontra deserto e que sempre poderemos ser um dos seus habitantes, os seus transformadores.

Esta peculiaridade ganha especial importância e dimensão quando na prática somos confrontados com uma necessidade material casuística ou uma vontade deliberada de intervir em espaços ou construções que, pela sua natureza patrimonial, detêm um papel e um significado decisivo na identidade e na *memória* colectiva de uma determinada comunidade, revista esta feição local ou universal.

Nestas condições e ainda que pretensões e argumentos políticos, sociais ou culturais *a priori* não o fomentem, o *projecto*, que representa continuamente uma reflexão e uma interpretação do *presente* sobre o lugar, o seu *passado* – *este vale por aquilo que representa e por aquilo que quer ser* –, ao deparar-se com um enquadramento caracterizado por um conjunto de valores documentais, arquitectónicos e memoriais de sentido colectivo que podem ser produto de um ou vários tempos sobrepostos, mais ou menos longínquos, levanta-nos acrescidas preocupações e responsabilidades, sobretudo por via de circunstâncias intrínsecas que lhe são inerentes.

Introdução

Em consonância com o ponto de vista de Siza Vieira, Fernando Távora, no ensaio *Da Organização do Espaço*¹ (1996, p.73), a propósito da atitude do arquitecto e da relação do projecto com o lugar, afirma: “(...) é por excelência um criador de formas, um organizador do espaço; mas as formas que cria, os espaços que organiza, mantendo relações com a circunstância, criam circunstância e havendo na acção do arquitecto possibilidade de escolher, possibilidade de selecção, há fatalmente drama”.

Das muitas interrogações que se nos colocam, invariavelmente todas elas se prendem num momento inicial com uma oportunidade de eleger um determinado caminho, ou seja, com uma “ideia de projecto”. Qualquer que seja a representação final, elas pressupõem *a priori* uma decisão sobre um conjunto de factores, a *circunstância*², que condicionam e determinam a *organização do espaço* e das suas formas. Será deste modo, numa aparente liberdade de escolha do desenho inicial, condicionado pela circunstância do espaço existente, que encontramos de forma consciente, algumas vezes “involuntária”, as raízes, a legitimidade e a justificação das nossas opções.

Em consonância com a atitude de Távora, que considera alguns dos factores que intervêm no processo de projecto resultantes da própria existência do homem, vem a propósito citar Zumthor (2005, pp.9-10): “Quando penso na arquitectura, ocorrem-me imagens (...) relacionadas com a minha formação e com o meu trabalho como arquitecto. Contêm o conhecimento profissional da arquitectura que pude ganhar no decorrer do tempo. Outras imagens têm a ver com a minha infância. Lembro-me desse tempo em que vivia a arquitectura sem pensar nisso”. E, mais adiante, concretiza: “Quando estou a projectar, encontro-me frequentemente imerso em memórias antigas e meio esquecidas, e questiono-me: qual foi precisamente a natureza desta situação arquitectónica, o que significava na altura para mim e a que é que poderei recorrer para ressuscitar esta atmosfera rica que parece saturada da presença natural das coisas, onde tudo tem o seu lugar e toma a sua forma certa? E nem era preciso detectar formas especiais. Mas sentia-se este ar de abundância e de riqueza que faz pensar: já vi isto, enquanto sei ao mesmo tempo que tudo é novo e diferente e que nenhuma citação directa da arquitectura passada trai o mistério de um ambiente cheio de memórias”.

¹ Originalmente apresentado em 1962 em provas de concurso de professor do 1.º Grupo da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Nele, o autor elenca um conjunto de problemas considerados actuais para a época e sugere atitudes a adoptar pelos arquitectos ao abordá-los.

² Távora (1996, p.22) precisa assim o significado da palavra: “(...) conjunto de factores que envolvem o homem, que estão à sua volta, e porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser”.

Introdução

Assim, o projecto de arquitectura procura no processo de selecção, na crítica e na síntese de um conjunto de factores que definem uma determinada circunstância específica, equilíbrio e harmonia entre o espaço existente pré-organizado e a nova condição que se vai impor, esta, por sua vez, condicionante de intervenções futuras.

Neste quadro, uma característica que pode distinguir a arquitectura das demais áreas reside numa relação inseparável e decisiva que se estabelece entre espaço e tempo. Esta relação torna-se irreversível e objecto passível de participações diversas. Neste contexto, Távora (1996, p.20) considera “(...) dois tipos de participação na organização do espaço; uma (...) horizontal, que se realiza entre homens da mesma época, uma outra (...) vertical que se realiza entre homens de diferentes épocas”.

Para além da motivação inicial que caracteriza a actividade do arquitecto, o *projecto*, a relação que se estabelece com o binómio tempo/espaço – matéria arquitectónica constitui um enquadramento natural, talvez particular, embora prática não específica da arquitectura.

O desenho que este binómio induz no espaço organizado, o modo como é condicionado e se torna condicionante, a forma como se molda aos diversos factores que nele intervêm directa ou indirectamente, são vectores que se vão delineando com o projecto, a partir do qual se desejam validar as opções perfilhadas e a circunstância idealizada. Numa palavra, criar uma nova organização do espaço.

Assim, tal como o tradutor lê e (r)escreve uma obra literária interpretando-a num tempo mais ou menos distante da data do documento original, o arquitecto também toma a liberdade de escolher no presente o que pretende do passado.

Embora a semântica dos termos que especializam este processo seja bastante variada³ e o resultado das intervenções redunde em formas distintas, se bem que com frequência associadas ao mesmo conceito, um princípio poderá, segundo Guillaume (2003, p.45), ser considerado comum a todas elas: “(...) lutar contra o tempo. Procurar subtrair alguma coisa aos efeitos normais da destruição, da perda ou do esquecimento”.

³ González-Varas (1999) enumera um conjunto de termos que qualificam de forma específica este processo, a saber: *anastilosis, catálogo, conservação, consolidação, inventário, liberação, manutenção, preservação, protecção, recomposição, reconstituição, recuperação, reabilitação, reintegração, renovação, restauração, restituição, reutilização, revitalização, “ripristino”, salvaguarda, saneamento, substituição, tutela e valorização*.

Introdução

A oportunidade que uma prolongada colaboração com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e com o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) nos propiciou de realizar vários trabalhos em estruturas religiosas e militares classificadas⁴ confrontou-nos abertamente com esta problemática, provocando-nos naturais reflexões, em particular perante a forma peculiar como são compreendidas as intervenções em construções ou espaços que se distinguem pelo seu estatuto histórico, artístico ou outro relativo ao seu passado e, ainda, pelo que no presente tais estruturas representam para a sociedade contemporânea, nomeadamente através da sua *memória*.

Defrontamo-nos assim, por um lado, com o *património*, identificado e classificado de acordo com um conjunto de valores a ele harmonizados e, por outro, com o projecto, o qual implica sempre transformação pela forma como selecciona e hierarquiza tais valores, sujeitando a sua continuidade no tempo e o seu significado no espaço ao que se pretende que venham a representar no presente.

Em particular, esta conjuntura reveste forma indiscutível e paradigmática no tecido dos *castelos* em Portugal, cuja presença material e simbólica protagoniza a identidade de qualquer paisagem rural ou urbana que, num sentido ainda mais amplo, pode qualificar a própria imagem do território.

Contudo, em nossa opinião, a imagem que os castelos hoje exibem revela-se ambígua. Por um lado, remete-nos de forma imediata para um tempo “primitivo”, no sentido em que a sua presença conforma uma representação próxima de uma *ruína*, o que induz consensualmente à legitimação do valor da sua antiguidade, por outro lado, pela generalidade e semelhança iconográfica de alguns dos seus elementos constituintes – desde muralhas, torres e ameias, entre outros, à própria materialidade, a pedra – e respectiva composição, que lhe determinam o perfil arquitectónico, transporta-nos para um cenário de compreensão quase universal e idílico, no mínimo paradoxal.

De facto, podemos questionar se tal cenário, composto pela repetição sensivelmente “mimetizada” de elementos que definem e caracterizam afirmativamente a presença do castelo no território, em muitos casos isolados da trama em que se integram, é uma representação da sua verdadeira antiguidade ou, ao invés, o resultado daquilo que alguém, em determinado momento, pretendeu que ele fosse.

⁴ Vide Correia (1999, 2000, 2001, 2002a, 2002b, 2003 e 2006) e Correia e Costa (1999).

Introdução

Como constatámos no conjunto das intervenções que realizámos nalgumas de tais estruturas militares, a sua figura, que nos remete, como referimos anteriormente, de forma comum e aparente para um passado pretensamente “antigo”, na generalidade foi reflexo de uma campanha de obras relativamente recentes, realizadas já em pleno séc. XX, que tiveram como pressuposto, integradas num contexto político concreto em que os *monumentos nacionais* eram objecto de princípios predeterminados por uma ideologia política subjacente, devolver o seu perfil arquitectónico a uma forma considerada original.

Defrontamo-nos neste quadro com o propósito de analisar e reflectir sobre as intervenções ocorridas à luz do panorama ideológico do regime em vigor no período em causa, o *Estado Novo*, e na política patrimonial que se manifesta (através da DGEMN e do seu director-geral, Henrique Gomes da Silva) numa doutrina generalista assente no princípio da *unidade de estilo* e no retorno à “pureza da sua traça primitiva” (Silva, 1935b, p.9). Uma perspectiva que de forma intuitiva nos remete para a leitura de tempos distantes.

O objectivo primordial deste trabalho surge do desiderato de confrontar entre si, neste cenário dual, o perfil arquitectónico “produzido” no séc. XX – em concreto, no período que medeia entre o ano de fundação da DGEMN (1929) e 1949 – e aquele que poderia ter sido o seu “semelhante” no séc. XVI – no *terminus* da Idade Média –, a que corresponderá, como explicaremos no primeiro capítulo do trabalho, o “desaparecimento” do castelo em Portugal e porventura a imagem “primitiva” desejada em novecentos.

Esta condição apriorística, que confronta aquilo que foi, o passado, com aquilo que se deseja (desejou) ser, a sua representação no presente, motivará o desenho da estrutura deste estudo e justificará a metodologia adoptada.

Pretendemos compreender como esta circunstância específica se manifestou no projecto e na obra realizada nessas estruturas militares. Entre outras coisas, almejamos evidenciar como se tornou relevante na formulação teórica dos critérios de intervenção – conservação *versus* restauro – e como na prática estes se manifestaram em cada caso específico, ou seja, como se traduziram na relação entre cada objecto arquitectónico e o contexto social e cultural vivenciado à época.

Para a consecução do nosso programa decidimos que a estrutura do trabalho se poderia sectionar com base em dois momentos cronologicamente distintos, fazendo jus aos pressupostos

Introdução

que temos vindo a enunciar: aquilo que foi e aquilo que se deseja ser ou, por outras palavras, o *antes* e o *depois*.

No primeiro momento – *Capítulo 1. A presença do castelo na definição da imagem do território* –, o *antes*, põr-se-á enfoque na definição e caracterização dos castelos em Portugal e no papel estratégico que estes desempenharam na construção do território, desde a fundação até ao final da Idade Média, período que, em virtude da introdução generalizada das armas de fogo, coincide com uma transição para outro tipo de fortificação, a abaluartada, e com a sua incapacidade face às novas circunstâncias.

Ainda respeitante a este período inicial (até finais da Idade Média), analisa-se a constituição da rede dos castelos portugueses entre meados do séc. XIV e meados do séc. XV (1350-1450) e, por fim, procede-se à leitura e análise do seu perfil arquitectónico desde os finais do séc. XV até ao início do séc. XVI (1509). Estas duas circunstâncias concretas tornam-se relevantes no âmbito do nosso estudo porquanto constituirão não só uma base de trabalho quanto ao número de castelos e quanto à sua organização e distribuição geográfica, como também permitirão avaliar, enquanto forma e espaço, a fisionomia física, revelando a faculdade com que estas estruturas militares, através da evolução dos seus elementos constituintes dominantes, se foram moldando ao longo dos séculos, caracterizando o referido perfil arquitectónico no final da Idade Média.

Se na parte inicial abordámos o acto da fundação dos castelos em Portugal e os desígnios que estiveram na base das diversas adaptações e reformulações que estas estruturas consentiram, nomeadamente a sua adaptação ao desenvolvimento da arte da guerra e das estratégias de defesa e ocupação territorial, num segundo instante – *Capítulo 2. A presença do castelo na (re)definição da imagem do território* –, o *depois*, o nosso intuito é observar e apreender, partindo de um cenário geral de ruína, a imagem destas estruturas militares durante as centúrias de oitocentos e novecentos (no caso, até 1949). Em primeiro lugar abordaremos o modo como elas se foram constituindo monumento nacional, para posteriormente se avaliar como a intervenção – conservação e/ou restauro –, de forma intencional e reforçada, se tornou uma mensagem de cariz político, que tinha por pretensão remetê-los para um determinado tempo do seu passado, consentâneo com o desígnio ideológico ambicionado.

Concentraremos inicialmente a nossa atenção na leitura dos factos que levaram ao seu progressivo abandono e, numa fase posterior, ao seu enquadramento na valorização do património arquitectónico, desde o despertar de uma consciência patrimonial até ao desenho de

Introdução

um quadro legislativo e jurídico sob a tutela do Estado, considerando para o efeito o papel histórico e social que a estas estruturas, em ruína, foi cometido durante parte do séc. XIX e no início do séc. XX.

Mais adiante tentaremos expor e fundamentar os motivos que estiveram na base da fundação da DGEMN e a importância que os castelos assumiram no contexto ideológico do regime enquanto instrumentos capazes de gerar um corpo teórico e disciplinar de actuação própria, em que o conjunto das actividades expositivas e comemorativas – designadamente as *Comemorações Centenárias*, de 1940 (CECC, 1939-1940), e os *Quinze Anos de Obras Públicas*, em 1948-1949 (CEEOP, 1948) – ocorridas durante as primeiras décadas de existência deste organismo se revelaram factor impulsionador e selectivo que, de alguma maneira, viria a justificar na prática a escala, os critérios e os meios adoptados nos projectos e nas intervenções levadas a cabo.

Com base na documentação existente e em vários trabalhos realizados no âmbito desta(s) temática(s)⁵, esperamos, por fim, analisar o conjunto de mudanças operadas nestas estruturas militares medievais.

Numa leitura horizontal, confrontaremos os aspectos conceptuais e materiais que envolveram as várias intervenções, o que de algum modo pode esclarecer, com maior ou menor precisão, uma conduta particular dentro dos preceitos doutrinários definidos pelo regime político e pela DGEMN e, em simultâneo, determinar alguns procedimentos comuns às diversas intervenções efectuadas. Seguidamente, numa perspectiva vertical, tentaremos testemunhar como a imagem do castelo no início do séc. XVI influenciou, de forma intencional ou não, a construção do seu perfil arquitectónico no séc. XX, na vigência do Estado Novo, designadamente entre 1929 e 1949, num ambicionado regresso à genuinidade da construção original.

Nesta pretensão reside, concisamente, o que se pode considerar como contributo da dissertação: perceber no caso particular destes monumentos nacionais, os castelos, como é que eles reflectiram e tornaram tangíveis os significados, valores e simbolismos que o Novo Estado lhes atribuiu e a forma como a larga campanha operada, dirigida por um organismo recém-criado, a já citada DGEMN, à luz de critérios unitários assentes numa vontade “reintegradora” e

⁵ Dos quais podemos destacar, entre outros, no que concerne ao primeiro capítulo, a obra de J.G. Monteiro (1999) e, relacionados com o segundo, os destacados contributos de M. Acciaiuoli (1991 e 1998), M.J. Neto (1996, 1999 e 2001), D.A. Bucho (2000), M. Tomé (2002) e, mais recentemente, um artigo de I.C. Fernandes (2005).

Introdução

“restauradora”, tornou a sua presença no espaço numa renovada imagem do território, “primitiva”, como antes se referiu.

Como fontes e referências bibliográficas de base votaremos inevitavelmente, pelos motivos acima descritos, especial atenção ao *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas (1990), facsimile da edição original de 1509, que nos permitirá, através dos seus desenhos (plantas e vistas panorâmicas), visualizar e caracterizar, com relativa solidez, o perfil arquitectónico do castelo em Portugal, e complementarmente, várias publicações da DGEMN relativas à época que retratamos, as quais constituirão suporte documental decisivo no acompanhamento, na alusão e no cotejo de assuntos que ocupam o presente trabalho. Nomeadamente, a obra *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a), em conjunto com a primeira das referências bibliográficas citada, balizar-nos-á, de forma sucinta, o espaço temporal a abordar: 1509-1949.

Em nota introdutória de cada capítulo daremos notícia da metodologia de aproximação que o orienta e dos autores e obras que serviram de referência ao enquadramento particular, em cada caso e momento oportunos. Num sentido mais amplo, destaque-se que os registos da DGEMN e do IPPAR, em particular os da primeira, se tornaram incontornáveis, pela sua capacidade de inventariação à escala do País, constituindo preciosas fontes para este tipo de pesquisa.

Dada a extensão, e por vezes complexidade, dos dados recolhidos que iremos analisar, tentaremos, sempre que possível, para tornar a informação clara e objectiva, sintetizá-los através de gráficos, mapas, quadros e, ainda, das fichas individuais dos castelos que foram objecto do estudo, a fim de permitir uma leitura cruzada abrangente, mas também pontual, dos diversos assuntos abordados.

Os Quadros 01 a 08 têm como fim organizar e sistematizar em vários documentos a informação contida nos diversos mapas (excepção feita aos Mapas 03 a 06) e também, de forma pontual, nas fichas individuais dos castelos. Aqueles elementos (leia-se: quadros e mapas) serão estruturados segundo temas específicos que correspondem diferenciadamente aos dois capítulos que enformam o trabalho. Na pequena nota introdutória de cada capítulo daremos conta dos quadros e mapas que nele serão referidos⁶.

⁶ Todos os mapas foram elaborados tendo por base a *Carta Administrativa Oficial de Portugal* do Instituto Geográfico Português (IGP), <http://www.igeo.pt/caop.htm>, a *Carta Militar Itinerária de Portugal* do Instituto Geográfico do Exército (IGE), <http://www.igeoe.pt/>, e ainda Fernandes e Oliveira (2005, p.139). Vide Mapa 01.

Introdução

Como síntese global, o Quadro 09 vai organizado em função das 11 províncias portuguesas e resume os dados contidos nos Mapas 01 a 59 e nos Quadros 01 a 08.

À concepção dos gráficos correspondeu o mesmo propósito. No entanto, estes não terão um papel totalmente abrangente e de cruzamento directo com todos os outros elementos anteriormente referidos (mapas e quadros). Utilizando a mesma metodologia, no início de cada capítulo especificar-se-ão os gráficos que nele serão mencionados e que articulam e resumem dados de alguns mapas e quadros.

As fichas individuais foram organizadas com o objectivo de sintetizar a informação recolhida sobre cada castelo, nomeadamente a designação, localização, protecção legal (até 1949), número do *Inventário do Património Arquitectónico* (IPA) correspondente aos arquivos da DGEMN, a enumeração das intervenções nele realizadas por este organismo no período de 1929 a 1949 e ainda uma lista das fontes iconográficas respeitantes às imagens apresentadas. Excepcionalmente, as fichas dos castelos de Guimarães, Pombal, S. Jorge, Lanhoso, Sesimbra, Feira, Belver, Silves, Elvas e Sabugal, os quais foram objecto de publicações em *Boletins* da DGEMN (MOP/DGEMN, 1935-1990), para além das respectivas referências iconográficas, terão inserida uma descrição pormenorizada das intervenções realizadas. As imagens que integram o trabalho constarão unicamente destas fichas, correspondendo a sua estruturação a três tópicos específicos: perfil arquitectónico dos castelos na Idade Média (fonte iconográfica: *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (facsimile de 1990 do original de 1509); perfil arquitectónico antes das intervenções da DGEMN (fontes iconográficas: revista *O Occidente* (1878-1915) *Castles of Portugal* de Almeida D'Eça (1925) e *Castellos Portuguezes* de João Grave (193?); perfil arquitectónico durante e após as intervenções da DGEMN (fontes iconográficas: *Revista dos Centenários* (1939-1940) e *Castelos Medievais de Portugal* (MOP/DGEMN, 1949a). Dos castelos acima discriminados por haverem sido alvo de artigos publicados em *Boletins* da DGEMN serão ainda apresentadas referências iconográficas compostas por desenhos e imagens. A disposição das imagens nas respectivas fichas obedece a uma estruturação em que cada espaço é temporalmente relacionado com a correspondente fonte específica. Tomámos esta decisão por entendermos mais adequado ao cruzamento entre referências sobre texto e imagens o agrupamento de toda a informação num registo único, obviando eventuais repetições. Deste modo, sempre que referirmos algum dado relativo ao

Doravante estas informações devem ser consideradas implícitas nas referências a todos os mapas apresentados no trabalho, pelo que não serão mais explicitadas.

Introdução

perfil arquitectónico de um determinado castelo ele remeterá implicitamente para as imagens constantes da respectiva ficha individual localizada no *Catálogo Analítico*⁷ que acompanha este volume⁸.

Por razões semelhantes, gráficos, mapas e quadros foram também incluídos no *Catálogo Analítico*, só que deles tentaremos indicar sempre que possível o seu envolvimento com o corpo do texto.

⁷ Os dados apresentados foram recolhidos entre os dias 12 e 18 de Dezembro de 2006 por via das fichas individuais do IPA do arquivo da DGEMN, tendo em 8 de Outubro de 2007 sido feita uma reatualização cujo resultado envolveu apenas um reduzido número de estruturas militares.

⁸ Em *Anexo* incluem-se dois documentos da autoria de H.G. Silva, durante mais de três décadas director-geral da DGEMN.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

A) Livros, revistas científicas e outras publicações sobre arquitectura

- [1] Acciaiuoli, M., (1991), *Os Anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes: “Restauração e Celebração”*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- [2] Acciaiuoli, M., (1998), *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Livros Horizonte, Lisboa.
- [3] Aguiar, J., (2002), *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. FAUP Publicações, Porto.
- [4] Albuquerque, L.M., (1854), *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*. Typographia Leiriense, Leiria.
- [5] Almeida, J., (1946-1947), *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, I, II e III*. Edição do Autor, Lisboa.
- [6] Alonso-Muñoyerro, S.M., (1993), *La Restauración Monumental en España (1850-1939), in “Quaderns Científics i Tècnics de Restauració Monumental. III Simposi sobre Restauració Monumental: Estudis, Informes i Textos del Servei Patrimoni Arquitectònic Local”, 5*, pp.11-18. Diputació de Barcelona/Àrea de Cooperació/Servei de Patrimoni Arquitectònic Local, Barcelona.
- [7] Anacleto, R., (1997), *Arquitectura Neomedieval Portuguesa: 1780-1924, 1 e 2*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- [8] Andrade, A.A., (2001), *A Construção Medieval do Território*. Livros Horizonte, Lisboa.
- [9] Armas, D., (1990), *Livro das Fortalezas (Introdução de M.S.C. Branco)*. Edições Inapa, Lisboa. (Facsimile do original de 1509, Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo).
- [10] Azevedo, R., (1937), *Período de Formação Territorial: Expansão pela Conquista e sua Consolidação pelo Povoamento. As Terras Doadas. Agentes Colonizadores, in “História da Expansão Portuguesa no Mundo”*[dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias], **I**, pp.7-64. Editorial Ática, Lisboa.
- [11] Barbosa, I.V., (1886), *Monumentos de Portugal: Históricos, Artísticos e Archeologicos*. Castro Irmão, Lisboa.
- [12] Barbosa, P.G., (1997), *Sistemas Defensivos de Fronteira, na “Reconquista” (Séculos IX – Inícios do XII), in “Preparação e Formação Militar em Portugal: Actas do VIII Colóquio de História Militar”, pp.31-49*. Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.
- [13] Barroca, M.J., (1994), *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico: Séc. IX a XII*. Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.

Referências bibliográficas

- [14] Barroca, M.J., (1995), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)* [Texto Policopiado], **I, II, III e IV**. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, Porto.
- [15] Barroca, M.J., (1998), *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa*, in “Revista da Faculdade de Letras do Porto – História”, II Série, **15-1**, pp.801-822. Universidade do Porto, Porto.
- [16] Barroca, M.J., (2002), *Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Sécs. XII a XIV)*, in “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”, pp.535-548. Edições Colibri, Lisboa.
- [17] Barroca, M.J., (2003), *Uma Paisagem com Castelos*, in “Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapolis”, pp.173-181. Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Porto/Coimbra.
- [18] Beça, H., (1923), *Castelos de Hespanha, Castelos de Portugal*. Tipografia Artes e Letras, Porto.
- [19] Beckford, W., (1834), *Italy with Sketches of Spain and Portugal*. Richard Bentley, London.
- [20] Beckford, W., (1956), *Excursion à Alcobça et Batalha*. (texte de l'édition originale), Société d'édition “Les Belles Lettres”/Lisbonne, Livraria Bertrand, Paris, Lisboa.
- [21] Blanco, J.R., (1997), *Restauración Arquitectónica desde los Orígenes hasta Nuestros Dias. Conceptos, Teoría e Historia*, in “Teoria e Historia de la Restauracion. Master en Restauracion y Rehabilitacion del Património”, pp.102-169. Editorial Munilla-Lería, Madrid.
- [22] Boito, C., (2000), *Conserver ou Restaurer: Les Dilemmes du Patrimoine*. Les Éditions de l'Imprimeur, Besançon.
- [23] Branco, M.B., (1895), *Portugal e os Estrangeiros*, **1 e 2**. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [24] Brandi, C., (2006), *Teoria do Restauro*. Edições Orion, Amadora.
- [25] Bucho, D.A., (2000), *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo: Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre*. Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, Évora.
- [26] Caetano, J.O., (1990), *A Ordem de Santiago e a Arte*, in “A Ordem de Santiago; História e a Arte”. Palmela.
- [27] Calado, M., (1989), *Contra-Reforma*, in “Dicionário da Arte Barroca em Portugal”. Editorial Presença, Lisboa.
- [28] Cantone, G., (1978), *La Città di Marmo*. Officina Edizione, Roma.

Referências bibliográficas

- [29] Carneiro, P.D., (1999), *A Imprensa Ilustrada*. “Do Prelo à Tela e ao Mármore...”, in “As Belas-Artes do Romantismo em Portugal”, pp.78-86. Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, Lisboa.
- [30] Cascais, J.C., (1854), *Monumentos*, in “O Panorama”, **XI**, pp.210-212. Lisboa.
- [31] Castro, A., (1940), *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.
- [32] Catroga, F., (1977), *Os Inícios do Positivismo em Portugal*. Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- [33] Cerejeira, M.G., (1917-1918), *O Renascimento em Portugal – Clenardo*, **1 e 2**. Imprensa da Universidade, Coimbra.
- [34] Cerejeira, M.G., (1936), *A Idade Média*. Coimbra Editora, Coimbra.
- [35] Chaves, L., (1922), *A Política dos Monumentos*, in “Arqueologia e História”, **I**, pp.76-83. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- [36] Chaves, L., (1933), *As Injúrias do Homem nos Monumentos*, in “Brotéria”, **XVII**, pp.208-219. Livraria Apostolado da Imprensa, Lisboa.
- [37] Choay, F., (2000a), *A Alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa
- [38] Choay, F., (2000b), *Prélude*, in “Conserver ou Restaurer: Les Dilemmes du Patrimoine”, pp.11-22. Les Éditions de l'Imprimeur, Besançon.
- [39] Choay, F., (2002), *La Conférence d'Athènes: Sur la Conservation Artistique et Histoire des Monuments (1931)*. Les Éditions de l'Imprimeur, Besançon.
- [40] Coelho, A.C., (1923), *A Protecção Legal aos Monumentos Nacionais, Bases para um Projecto de Lei*, pp.21-22. Lisboa.
- [41] Comissão dos Monumentos Nacionaes (CMN), (1881), *Relatório e Mappas acerca dos Edifícios que devem ser Classificados Monumentos Nacionaes, apresentada ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em conformidade da Portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de Outubro de 1880*, in “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, 2ª Série, **III-6**, **III-7** e **III-9**, pp.83-87, pp.100-103 e pp.135-140. Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lisboa.
- [42] Comissão dos Monumentos Nacionaes (CMN), (1894), *Questionário Geral*, in “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, 2ª Série, **VIII**, pp.1-5. Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lisboa.
- [43] Comissão Executiva das Comemorações dos Centenários (CECC), (1939-1940), *Revista dos Centenários*. Comissão Executiva das Comemorações dos Centenários (CECC), Lisboa.

Referências bibliográficas

- [44] Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (CEEOP), (1948), *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947)*, 1 e 2. [s.n.], Lisboa.
- [45] Cooper, E., (2004), *Para mí, el Castillo es, en Primer Lugar, un Documento*, in “Patrimonio”, 19, pp.35-37. Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid.
- [46] Cordeiro, L., (1876a), *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D’Estado dos Negócios do Reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. Primeira Parte. Relatórios e Projectos*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [47] Cordeiro, L., (1876b), *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D’Estado dos Negócios do Reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. Segunda Parte. Actas e Comunicações*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [48] Correia, L.M., (1999), *A Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, in “Monumentos”, 10, pp.90-93. DGEMN, Lisboa.
- [49] Correia, L.M., (2000), *O Castelo de Leiria*, in “Monumentos”, 13, pp.122-127. DGEMN, Lisboa.
- [50] Correia, L.M., (2001), *Arquitectura e Restauro da Torre de Menagem*, in “Torre de Menagem do Castelo de Leiria”, pp.27-30. Câmara Municipal de Leiria, Leiria.
- [51] Correia, L.M., (2002a), *Sobre a Intervenção no Património em Portugal: Uma Questão de Identidade*, in “Quaderns Científics i Tècnics de Restauració Monumental – I Biennal de la Restauració Monumental: L’Hospitalet de Llobregat (Barcelona), del 23 al 26 de Novembre del 2000”, 13, pp.353-358.
- [52] Correia, L.M., (2002b), *Igreja Matriz da Batalha*, in “Monumentos”, 16, pp.114-121. DGEMN, Lisboa.
- [53] Correia, L.M., (2003), *Torre de Menagem. Castelo de Pombal. Um olhar [in]discreto*, in “Monumentos”, 18, pp.118-121. DGEMN, Lisboa.
- [54] Correia, L.M., (2006), *La Torre del Homenaje del Castillo de Pombal. Una Mirada (In)Discreta*, in “Loggia”, 19, pp.86-95. Universidad Politecnica de Valencia, València.
- [55] Correia, L.M., Costa, A., (1999), *O Castelo de Porto de Mós*, in “Monumentos”, 11, pp.90-95. DGEMN, Lisboa.
- [56] Costa, A.A., (1999), *A Vanguarda Nacionalista*, in “Caminhos do Património”, pp.67-68. DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa.

Referências bibliográficas

- [57] Costa, L.V., (1997a), *Alfredo de Andrade: 1839-1915: Da Pintura à Invenção do Património*. Vega, Lisboa.
- [58] Costa, L.V., (1997b), *Ernesto Korrodi: 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*. Editorial Estampa, Lisboa.
- [59] Cru xen, E.B., (2005), *O Sistema Defensivo Português nos Séculos XIII e XIV: A Defesa do Sul de Portugal contra Castela*, in “Actas del III Congreso de Castellología Ibérica”, pp.289-303. Asociación Española de Amigos de los Castillos/Diputación Provincial de Guadalajara, Madrid.
- [60] Cruz, M.B., (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Editorial Presença, Lisboa.
- [61] Cruz, M.B., (1982), *O Integralismo Lusitano e o Estado Novo*, in “Fascismo em Portugal”, pp.105-139. A Regra do Jogo, Lisboa.
- [62] Cruz, M.B., (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Editorial Presença, Lisboa.
- [63] Cunha, L.M., (1994), *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade do Minho, Braga.
- [64] Cunha, L.M., (1995), *Entre Ideologia e Propaganda: A Construção do Herói Nacional*, in “Jornadas Interdisciplinares Poder e Sociedade”. Universidade Aberta, Lisboa.
- [65] Custódio, J., (1993), *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1873-1964)*, in “Dar Futuro ao Património”, pp.33-71. IPPAR, Lisboa.
- [66] D’Eça, A., (1925), *Castles of Portugal*. Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Lisboa.
- [67] Denis, F., (1846), *Portugal*. Firmin Didot Frères, Paris.
- [68] Dias, N.P., (1990), *As Cidades de Fronteira de Portugal com a Galiza*, in “Separata dos Cadernos do Noroeste”, 3 (1-2), pp.81-102. Universidade do Minho, Braga.
- [69] Díez, I.O., (1995), *Historia de la Restauración Monumental en España (1835-1936)*. Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid.
- [70] Dirección General de la Vivienda, la Arquitectura y el Urbanismo (DGVAU), (2001), *Veinte Años de Restauración Monumental de España: Catálogo de la Exposición: Madrid 1958*. 1ª Ed. (1ª Reimp.) Ministério de Fomento/Centro de Publicaciones, Madrid.
- [71] Durand, R., (1982), *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XIIIe et XIIIe Siècles*. Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris.

Referências bibliográficas

- [72] Fernandes, I.C., (2005), *La Restauración de los Castillos de Portugal (Años 30-60 del Siglo XX)*, in “Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los Castillos: Actas del Simposio Internacional”, pp.159-194. Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid.
- [73] Fernandes, I.C., Oliveira, L.O., (2005), *As Ordens Militares no Reino de Portugal*, in “As Ordens Militares na Europa Medieval”, pp.137-166. Chaves Ferreira, Lisboa.
- [74] Ferro, A., (1934), *Decálogo do Estado Novo*. SPN, Lisboa.
- [75] Ferro, A., (1978), *Salazar*. Edições do Templo, Aveiro.
- [76] Figueiredo, R.M., (2002), *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- [77] Fino, G.C., (1908), *Collecção da Legislação Relativa aos Serviços do Ministério das Obras Públicas. Legislação de 1907, XIV*, pp1-2. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [78] Frade, C.C., (1999), *A Componente Ambiental no Ordenamento do Território*. Conselho Económico e Social. Lisboa.
- [79] França, J.A., (1966), *A Arte em Portugal no Século XIX, 1 e 2*. Bertrand, Lisboa.
- [80] França, J.A., (1991), *A Arte em Portugal no Século XX*. 3ª Ed. Bertrand, Venda Nova.
- [81] França, J.A., (1993), *O Romantismo em Portugal*, 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa.
- [82] Freire, A.B., (1909), *Povoação de Trás-os-Montes no XVI século*, in “Arquivo Historico Portuguez”, 7, pp.241-290. Lisboa.
- [83] Fuschini, A., (1904), *A Arquitectura Religiosa da Idade Média*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [84] Garrett, A., (1846), *Viagens na Minha Terra*. Publicações Europa América, Lisboa.
- [85] Gomes, R.C., (1991), *A Construção das Fronteiras*, in “A Memória da Nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia”, pp.357-382. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- [86] Gomes, R.C., (1995), *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Difel, Lisboa.
- [87] Gomes, R.C., (2001), *Castelos da Raia. Vol.I: Beira*. 2ª ed., IPPAR, Lisboa.
- [88] Gomes, R.C., (2003), *Castelos da Raia. Vol.II: Trás-os-Montes*. IPPAR, Lisboa.
- [89] Gomes, S.A., (1995), *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Câmara Municipal de Leiria, Leiria.

Referências bibliográficas

- [90] González-Varas, I., (1999), *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, História, Principios y Normas*. Ediciones Cátedra, Madrid.
- [91] Grave, J., (193?), *Castellos Portuguezes*. Lello & Irmão, Porto.
- [92] Guillaume, M., (2003), *A Política do Património*. Campo das Letras, Porto.
- [93] Guitart, C., (1984), *Un Tipo Frecuente de Castillo Medieval a ambos lados de la Frontera Hispano-Portuguesa*, in “Actas del I Simpósio sobre Castillos de la Raya entre Portugal e España”, pp.85-91. Asociación Española de Amigos de los Castillos, Madrid.
- [94] Gusmão, A., (1949a), *O Restauo dos Monumentos Nacionais*, in “República de 10 de Fevereiro de 1949”, pp.4-5. Lisboa.
- [95] Gusmão, A., (1949b), *Ainda o Restauo dos Monumentos Nacionais*, in “República de 13 de Março de 1949”, pp.3 e 7. Lisboa.
- [96] Herculano, A., (1837), *A Architectura Gothica*, in “O Panorama”, Vol.I, **1**, pp.2-4. Lisboa.
- [97] Herculano, A., (1838a), *Os Monumentos*, in “O Panorama”, Vol.II, **69**, pp.266-268. Lisboa.
- [98] Herculano, A., (1838b), *Os Monumentos (II)*, in “O Panorama”, Vol.II, **70**, pp.275-277. Lisboa.
- [99] Herculano, A., (1839a), *Mais um Brado a Favor dos Monumentos (I)*, in “O Panorama”, Vol.III, **93**, pp.43-45. Lisboa.
- [100] Herculano, A., (1839b), *Mais um Brado a Favor dos Monumentos (II)*, in “O Panorama”, Vol.III, **93**, pp.50-52. Lisboa.
- [101] Herculano, A., (1843), *Conhecimentos Uteis. A Eschola Polytechnica e o Monumento*, in “Revista Universal Lisbonense”, Vol.II, **38**. Lisboa.
- [102] Herculano, A., (1982-1987), *Opúsculos*. Editorial Presença, Lisboa.
- [103] Holstein, S., (1875), *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Arqueologia*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [104] Hugo, V., (1985-1990), *Guerre aux Démolisseurs*, in “Oeuvres Complètes de Victor Hugo 1802-1885. Critique”, **8**, pp.177-189. Éditions Robert Laffont. Paris.
- [105] Hugo, V., (2004), *Nossa Senhora de Paris*. Mediasat Group, Navarra.
- [106] Ibáñez, I.G-V., (1996), *Restauración Monumental en España durante el Siglo XIX: Teoría, Fuentes e Ideología*. Ámbito Ediciones, Valladolid.

Referências bibliográficas

- [107] Imprensa Nacional, (1910), *Monumentos Nacionaes Portuguezes. Legislação*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [108] Jokilehto, J., (2002), *History of Architectural Conservation*. 3ª Ed. Butterworth-Heinemann, London.
- [109] Korrodi, E., (1898), *Estudos de Reconstrucção sobre o Castelo de Leiria: Reconstituição Graphica de um Notavel Exemplo de Construcção Civil e Militar Portugueza*. Instituto Polygraphico, Zurich.
- [110] Kulmacz, M.C., (2001), *Arte e Património em Portugal: Olhares Norte-Europeus (da Segunda Metade do Século XVIII a meados do Século XIX)*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- [111] Larcher, J.N., (1933-1935), *Castelos de Portugal*, 1, 2 e 3. Atlântida, Coimbra.
- [112] Larcher, J.N., (1934), *Em Prol dos Castelos de Portugal*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [113] Larcher, J.N., (1937), *Em Defesa dos Castelos Portugueses*. Tipografia Popular, Figueira da Foz.
- [114] Leal, J.M., (1868), *Monumentos Nacionaes*. Typ. Franco-Portuguesa, Lisboa.
- [115] Lima, J.C., (1940), *A Beleza das Exposições Comemorativas*, in “Brotéria”, **XXXI**, pp.626-647. Livraria Apostolado da Imprensa, Lisboa.
- [116] Lynch, D., (2007), *Entrevista a David Lynch*, in “Expresso, suplemento Actual, de 31 de Março de 2007”. Lisboa.
- [117] Magalhães, L., (1904), *O Paço de Sintra*, in “Portugal Artístico, 1 de Junho de 1904”, **8**, pp.225-232. Porto.
- [118] Marques, A.O., (1987), *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, in “Nova História de Portugal”, **4**. Editorial Presença, Lisboa.
- [119] Marques, A.O., Gonçalves, I., Andrade, A.A., (1990), *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: Séculos XII-XV*. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- [120] Marques, J., (1988), *Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português*, in “Separata da Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto”, **8**, pp.9-34. Instituto Nacional de Investigação Científica, Porto.
- [121] Marques, J., (1990), *A Presença da Igreja na História Militar Portuguesa: Das Origens aos Finais do Século XIV*, in “Para uma Visão Global da História Militar: Actas do I Colóquio de História Militar”, pp.81-100. Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.

Referências bibliográficas

- [122] Matilla, E.R., (2005), *As Ordens Militares Ibéricas na Idade Média*, in “As Ordens Militares na Europa Medieval”, pp.101-136. Chaves Ferreira, Lisboa.
- [123] Mattoso, J., (1985), *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2, pp.224-225 e p.235. 2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa.
- [124] Mattoso, J. [dir./coord.], (1993-1994), *História de Portugal*, I e II. Editorial Estampa, Lisboa.
- [125] Mattoso, J. [dir.], Rosas, F. [coord.], (1993-1994), *História de Portugal*, VII. Editorial Estampa, Lisboa.
- [126] Medina, J., (1977a), *Herculano e a Geração de 70*. Terra Livre, Lisboa.
- [127] Medina, J., (1977b), *Salazar em França*. Ática, Lisboa.
- [128] Medina, J., (1978), *Salazar e os Fascistas*. Livraria Bertrand, Lisboa.
- [129] Medina, J., (1979), *O Integralismo Republicano*, in “Diário de Notícias, 2.º Caderno – História, 17 de Abril de 1979”, Lisboa.
- [130] Medina, J., (1985), *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Publicações D. Quixote, Lisboa.
- [131] Medina, J., (1993a), *Deus, Pátria, Família: Ideologia e Mentalidade do Salazarismo*, in “História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias”, pp.11-142. Edicuble, Lisboa.
- [132] Medina, J., (1993b), *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*. Editorial Cosmos, Lisboa.
- [133] Mesquita, M.D., (1993), *Arquitectura e Renovação: Aspectos do Restauro Arquitectónico em Portugal no Século XIX*. Prova Complementar de Doutoramento em História de Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- [134] Ministério da Educação Nacional, (MEN), (s.d.), *O Livro da Terceira Classe*. MEN, Lisboa.
- [135] Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria / Conselho de Monumentos Nacionais (MOPCI/CsMN), (1909), *Classificação dos Monumentos Nacionais*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- [136] Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN), (1935-1990), *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. DGEMN, Lisboa.
- [137] Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN), (1949a), *Castelos Medievais de Portugal*. Marânus, Porto.

Referências bibliográficas

- [138] Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN), (1949b), *Obras em Monumentos Nacionais. Congresso Internacional de História de Arte*. Marânus, Porto.
- [139] Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN), (1965a), *Viagem de Estudo em Portugal*. MOP, Porto.
- [140] Ministério das Obras Públicas / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (MOP/DGEMN), (1965b), *Castelos de Portugal*. DGEMN, Lisboa.
- [141] Montalembert, C., (1833), *Du Vandalisme en France. Lettre a M. Victor Hugo* in “Revue des Deux Mondes”, **1**. Paris.
- [142] Monteiro, J.G., (1997), *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- [143] Monteiro, J.G., (1999), *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Edições Colibri, Lisboa.
- [144] Monteiro, J.G., (2002), *Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao longo do Séc. XIV e na primeira metade do Séc. XV*, in “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”, pp.659-666. Edições Colibri, Lisboa.
- [145] Monteiro, J.G., Pontes, M.L., (2002), *Castelos Portugueses*. IPPAR, Lisboa.
- [146] Morais, A.J.B., (1987), *Vinte Anos de Cinema Português, 1930-1950: Conteúdos e Políticas*, in “O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959”, **2**, pp.187-208. Editorial Fragmentos, Lisboa.
- [147] Moreira, R. [dir.], (1989), *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Publicações Alfa, Lisboa.
- [148] Moreno, H.B., (1984), *Os Castelos Portugueses (1350-1450)*, in “Livro do Congresso. Segundo Congresso sobre os Monumentos Militares Portugueses”, pp.113-117. Património XXI – Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, Lisboa.
- [149] Moreno, H.B., (1994a), *Alcaidarias dos Castelos durante a Regência do Infante D. Pedro*, in “Actas del I Congresso de Castellología Ibérica”, pp.33-48. Diputación Provincial de Palencia, Palencia.
- [150] Moreno, H.B., (1994b), *Alcaidarias dos Castelos durante a Regência do Infante D. Pedro*, in “Do Infante e Tordesilhas: Actas do V Colóquio de História Militar”, pp.367-382. Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.
- [151] Moreno, H.B., (1995), *A Consolidação de Portugal na Idade Média*, in “Portugal na História Militar: Actas do VI Colóquio de História Militar”, pp.283-288. Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.

Referências bibliográficas

- [152] Moreno, H.B., (2003a), *Demarcações de Fronteiras: De Castro Marim a Montalvão*, I. Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense, Porto.
- [153] Moreno, H.B., (2003b), *Demarcações de Fronteiras: De Vila Velha de Ródão a Castelo Rodrigo*, II. Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense, Porto.
- [154] Moreno, H.B., (2003c), *Demarcações de Fronteiras: Lugares de Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho*, III. Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense, Porto.
- [155] Moreno-Navarro, A.G., (1999), *La Restauración Objetiva (Método SCCM de Restauración Monumental): Memoria SPAL 1993-1998*, I. Diputación de Barcelona/Área de Cooperación/Servicio de Patrimonio Arquitectónico Local, Barcelona.
- [156] Murphy, J., (1795a), *Plans, Elevations Sections and Views of the Church of Batalha*. I. & J. Taylor, London.
- [157] Murphy, J., (1795b), *Travels in Portugal (In the Years 1789-1790)*. A. Strattan, T. Caldell Jun. e W. Davies, London.
- [158] Murphy, J., (1798), *A General View of the State of Portugal*. T. Caldell Jun. e W. Davies, London.
- [159] Navareño Mateos, A., (1988), *El Castillo Bajomedieval, Arquitectura y Táctica Militar*, in “Gladius”, Tomo Especial, pp.113-152.
- [160] Neto, M.J., (1996), *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- [161] Neto, M.J., (1997), *James Murphy e o Restauo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Séc. XIX*. Editorial Estampa, Porto.
- [162] Neto, M.J., (1999), *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1999)*, in “Caminhos do Património”, pp.23-43. DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa.
- [163] Neto, M.J., (2001), *Memória, Propaganda e Poder: O Restauo dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. FAUP Publicações, Porto.
- [164] Nunes, A.P., (1988), *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*. Estado-Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa.
- [165] Nunes, A.P., (2005), *Dicionário de Arquitectura Militar*. Caleidoscópio, Casal de Cambra.

Referências bibliográficas

- [166] Ó, J.R., (1987), *Modernidade e Tradição – Algumas Reflexões em torno da Exposição do Mundo Português*, in “O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959”, **2**, pp.177-185. Editorial Fragmentos, Lisboa.
- [167] Ó, J.R., (1999), *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito”*: Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas. 1933-1949. Editorial Estampa, Lisboa.
- [168] O Século, (1936), *Ano X da Revolução Nacional*, in “O Século de 29 de Maio de 1936”, pp.1-2. [s.n.], Lisboa.
- [169] Oliveira, N.V., (2000), *Castelos da Ordem do Templo em Portugal 1120-1314*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- [170] Oliveira, N.V., (2002), *A Influência do Oriente em Portugal através da Arquitectura Militar Templária: O Paralelo entre Chastel Blanc e Castelo Branco*, in “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”, pp.909-913. Edições Colibri, Lisboa.
- [171] Ortigão, R., (1896), *O Culto da Arte em Portugal*. A. Maria Pereira, Lisboa.
- [172] Ortigão, R., (1905), *Um Brado a Favor dos Monumentos*, in “Diário de Notícias, Maio de 1905”, **17**. Lisboa.
- [173] Ortigão, R., (1942), *Turismo em Portugal*, in “Panorama”. Lisboa.
- [174] Palacio P.N., (1987), *La Restauración Monumental como Processo Histórico: El Caso Español, 1800-1950*, in “Curso de Mecânica y Tecnología de los Edificios Antiguos”, pp.285-325. Servicio de Publicaciones del Colegio de Arquitectos de Madrid (COAM), Madrid.
- [175] Pereira, G., (1900), *Monumentos Nacionaes*. Conselho Superior de Monumentos Nacionais, Lisboa.
- [176] Pereira, G., (1908), *Monumentos Nacionaes*, in “A Architectura Portuguesa”, Ano I, **3**, p.11. Lisboa.
- [177] Pessanha, J., (1911), *Melhoramentos Locaes*, in “Arte”, 7º Ano, **73**, p.2. Porto.
- [178] Price, U., (1794), *An essai on the Picturesque, as compared with the Sublime and the Beautiful, and on the use of Studying Pictures, for the Purpose of Improving Real Landscape*. J. Robson, London.
- [179] Quadros, A., (1963), *A Arquitectura Românica e a Alma Portuguesa*, in “Panorama”, 4ª Série, **13**, pp.8-9. SNI, Lisboa.

Referências bibliográficas

- [180] Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP), (1911), *Reorganização dos Serviços Artísticos e Archeologicos*, in “Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes”, 5ª Série, XII, 7, pp.313-319, 322-324 e 327-329. Typ. do Commercio, Lisboa.
- [181] Raczynski, A., (1846), *Les Arts en Portugal – Léttres Adrèsses a la Société Artistique et Scientifique de Berlin et Accompagnés de Documents*. Jules Renouard, Paris.
- [182] Raczynski, A., (1847), *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*. Jules Renouard, Paris.
- [183] Ribeiro, I., (1994), *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*. 2ª Ed. FAUP Publicações, Porto.
- [184] Riegl, A., (1984), *Le Culte Moderne des Monuments: son Essence et sa Genèse*. Éditions du Seuil, Paris.
- [185] Riley, C.G., (1991), *A Guerra e o Espaço na Fronteira Medieval Beirã*, in “Separata da Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense”, VI, pp.145-159. Universidade Portucalense, Porto.
- [186] Rodrigues, J., (1999), *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Medievais durante o Estado Novo*, in “Caminhos do Património”, pp.69-82. DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa.
- [187] Rodrigues, P.A., (1998), *Património, Identidade e História: O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais do Portugal de Oitocentos*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- [188] Rosas, L.M., (1995), *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro: 1835-1928*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- [189] Rosas, L.M., (1999), *A Consagração do Monumento Histórico em Portugal no Século XIX: A Palavra e a Imagem*, in “As Belas-Artes do Romantismo em Portugal”, pp.88-93. Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, Lisboa.
- [190] Rosas, L.M., (2002), *Prefácio*, in “Património e Restauro em Portugal (1920-1995)”, pp.7-8. FAUP Publicações, Porto.
- [191] Rosas, L.M., (2004), “*Monumentos Pátrios*”: *Entrevista com Lúcia Rosas*, in “Via Panorâmica: Revista de Estudos Anglo-Americanos”, I, pp.211-224. Departamento de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- [192] Rosmaninho, N., (2006), *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Referências bibliográficas

- [193] Rossa, W., (1989), *Elementos da Estrutura Urbana de Belém até ao Século XVIII*, in “Catálogo da Exposição do Concurso para o Projecto do Centro Cultural de Belém”, pp.123-128. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa.
- [194] Rossa, W., (2002), *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Almedina, Coimbra.
- [195] Rossa, W., Trindade, L., (2006), *Questões e Antecedentes da “Cidade Portuguesa”*: O Conhecimento sobre o Urbanismo Medieval e a sua Expressão Morfológica in “Murphy”, **1**, pp.70-109. Edarq/Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- [196] Ruskin, J., (1989), *The Seven Lamps of Architecture*. Dover Publications, New York.
- [197] Salazar, A.O., (1935-1937a), *Discursos e Notas Políticas*, **1**. 2ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra.
- [198] Salazar, A.O., (1935-1937b), *Era de Restauração Era de Engrandecimento*, in “Discursos e Notas Políticas”, **2**, pp.145-149. 2ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra.
- [199] Santos, L.R., Queiroz, C., (1940), *Paisagem e Monumentos de Portugal*. SPN, Lisboa.
- [200] Santos, R., (1927), *As Origens do Românico em Portugal*, in “Ilustração Moderna”, 2º Ano, **11**, pp.258-259 e p. 262. Marques Abreu, Porto.
- [201] Santos, R., (1943), *O Espírito e a Essência da Arte em Portugal*, in “Conferências de Arte”, 2ª Série, **I**. Sequeira e Goya, Lisboa.
- [202] Sardinha, A., (1922-1923), *A Religião da Beleza*, in “Nação Portuguesa”, II Série, **II**, pp.602-613. Lisboa.
- [203] Secretariado Nacional de Informação (SNI), (1945), *O que Eles Fizeram... O que Nós Fizemos*, in “Cadernos da Revolução Nacional”. SNI, Lisboa.
- [204] Silva, H.G., (1935a), *Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauo*, in “I Congresso da União Nacional”, **IV**, pp.53-64. Edição da União Nacional, Lisboa.
- [205] Silva, H.G., (1935b), *O Boletim dos Monumentos Nacionais. Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauo*, in “Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja de Leça do Bailio”, **1**, pp.5-20. DGEMN, Lisboa. (Versão em CD-ROM).
- [206] Silva, H.G., (1941), *A Reintegração dos Monumentos*, in “Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja Matriz da Atalaia”, **24**, pp.I-XIV. DGEMN, Lisboa. (Versão em CD-ROM).
- [207] Silva, H.G., (1949a), *Com a Obra Realizada dos Monumentos Nacionais elevou-se muito alto o nível da nossa Cultura*, in “Diário Popular, 29 de Janeiro de 1949”, pp.1 e 5. Lisboa.

Referências bibliográficas

- [208] Silva, H.G., (1949b), *O Restauro dos Monumentos Nacionais, uma Carta do Eng. Gomes da Silva acerca da Obra realizada em todo o País*, in “Diário Popular, 21 de Fevereiro de 1949”, pp.3 e 9. Lisboa.
- [209] Silva, J.C.V., (2002), *Paços Medievais Portugueses*. 2ª ed., IPPAR, Lisboa.
- [210] Silva, J.P., (1869), *Dissertacion Artistique sur l’Architecture en Portugal depuis le XII^{ème} au XVII^{ème} siècle dans le Congrès International des Architectes* Imprimerie Franco-Portugaise, Lisbonne.
- [211] Silva, J.P., (1885), *Extracto do Relatorio da Comissão dos Monumentos Nacionaes apresentado ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 1884, pelo Presidente da referida Comissão, que foi auctorizado a fazer esta Publicação*, in “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, 2ª Série, **IV-10** e **IV-11**, pp.153-158 e pp.166-174. Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lisboa.
- [212] Simões, A.F., (1875), *Da Architectura Religiosa em Coimbra durante a Edade Media*. Imprensa Universitária, Coimbra.
- [213] Soromenho, M., Silva, N.V., (1993), *Da Idade Média ao Século XVIII*, in “Dar Futuro ao Património”, pp.22-32. IPPAR, Lisboa.
- [214] Sousa, B.V. [dir.], (2005), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento – Guia Histórico*. Livros Horizonte, Lisboa.
- [215] Tavares, M.J., (1983), *A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385*, in “Revista de História Económica e Sócial”, **12**, pp.45-89. Editora Sá da Costa, Lisboa.
- [216] Távora, F., (1996), *Da Organização do Espaço*. 3ª Ed., FAUP Publicações, Porto.
- [217] Tomé, M., (1998), *Património e Restauro em Portugal 1920-1995*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- [218] Tomé, M., (2002), *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. FAUP Publicações, Porto.
- [219] Torgal, L.R., (1989), *História e Ideologia*. Minerva. Coimbra.
- [220] Torgal, L.R., (1996), *Cinema e Propaganda no Estado Novo: A “Conversão dos Descrentes”*, in “Separata da Revista de História das Ideias”, **18**, pp.277-337. Coimbra.
- [221] Ustárroz, A., (1997), *La Lección da las Ruinas: Presencia del Pensamiento Griego y del Pensamiento Romano en la Arquitectura*. Fundación Caja de Arquitectos, Barcelona.

Referências bibliográficas

- [222] Vasconcelos, J., (1885), *Da Architectura Manuelina. Historia da Arte em Portugal (sexto estudo)*. Imprensa da Universidade, Coimbra.
- [223] Vasconcelos, J., (1918), *Arte Românica em Portugal*. Ed. Marques de Abreu, Porto.
- [224] Vieira, A.S., (1997), *Architecture Writings*. Skira, Milão.
- [225] Villena, L., (1984), *Elementos Peculiares en los Castillos Medievales de la Raya Portugal-España*, in “Actas del I Simpósio sobre Castillos de la Raya entre Portugal e España”, pp.173-184. Asociación Española de Amigos de los Castillos, Madrid.
- [226] Viollet-le-Duc, E.E., (1967), *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du Xie au XVIe Siècle*, 8. F. Nobeles, Paris.
- [227] Viterbo, S., (1912), *A Lição dos Monumentos*, in “Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes”, 5ª Série, XII, 2, pp.439-442. Typ. do Commercio, Lisboa.
- [228] Wind, E., (1968), *Pagan Misteries in the Renaissance*. The Norton Library, New York.
- [229] Woolf, S., (1987), *Fascismo e Autoritarismo: Em busca de uma tipologia do Fascismo Europeu*, in “O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959”, 1, pp.15-21. Editorial Fragmentos, Lisboa.
- [230] Yourcenar, M., (1988), *Memórias de Adriano*. 6ª Ed. Editora Ulisseia, Lisboa.
- [231] Zumthor, P., (2005), *Pensar a Arquitectura*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- [232] Zumthor, P., (2006), *Atmosferas*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona.

Referências bibliográficas

B) Imprensa: jornais e revistas

- [1] *A Architectura Portuguesa*, 1908-1958. Mário Collares. Lisboa.
- [2] *A Ilustração*, 1845-1846.
- [3] *A Revista Universal Lisbonense*, 1841-1859.
- [4] *Archivo Pittoresco*, 1857-1868. Typografia de Castro Irmão. Lisboa.
- [5] *Archivo Popular, Semanário Pitoresco*, 1837-1843. Typografia de A.J.C. Cruz. Lisboa.
- [6] *Arte*, 1905-1912. Porto.
- [7] *Ilustração Moderna*, 1898-1903 e 1926-1932. Marques Abreu. Porto.
- [8] *Jornal de Bellas Artes ou Mnémosine Lusitana*, 1816-1817. Impressão Regia. Lisboa.
- [9] *Museu Pittoresco*, 1840-1842.
- [10] *O Occidente*, 1878-1915. Lallement Frères. Lisboa.
- [11] *O Panorama*, 1837-1868. Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Lisboa.
- [12] *O Recreio, Jornal das Famílias*, 1835.
- [13] *Panorama*, 1941-1973. SPN. Lisboa.
- [14] *Portugal Pittoresco*, 1879. Imprensa da Universidade. Coimbra.
- [15] *Universo Pittoresco, Jornal de Instrução e Recreio*, 1839-1844. Imprensa Nacional. Lisboa.